

CAMINHOS DE DENTRO UM MODELO DE TURISMO SUSTENTÁVEL PARA PORTO BELO (SC)

Roselys Izabel Corrêa dos SANTOS*

Janete Jane Cardozo da SILVEIRA**

Mauro BARAN***

RESUMO

O projeto *Caminhos de Dentro - um modelo de turismo sustentável para Porto Belo (SC)* procedeu a um levantamento sócio-econômico e cultural das comunidades do interior do município de Porto Belo, no litoral centro-norte catarinense, reunindo e sistematizando subsídios que culminaram com a proposição de um roteiro de turismo rural para a região-alvo da pesquisa, este sintetizado num documentário em vídeo. A fim de concretizar-se o projeto, utilizou-se metodologia que incluiu pesquisa bibliográfica e de campo, com esta última requisitando técnicas de história oral que serviram como instrumento para o registro da memória coletiva dos moradores das localidades denominadas Sertão de Santa Luzia e Alto Perequê. Por meio deste contato direto com a população inves-

tigada, reuniram-se informações sobre o perfil sócio-econômico e cultural dos entrevistados, as quais forneceram elementos para a elaboração de um diagnóstico acerca da possibilidade de desenvolver-se ali um novo tipo de turismo - o turismo rural. Vem daí o título *Caminhos de Dentro*, terminologia empregada pela população do lugar para identificar o interior do município. Assim, adotando como paradigma o modelo de desenvolvimento sustentável, o projeto *Caminhos de Dentro* aponta o turismo rural como uma opção para o município de Porto Belo incrementar sua economia neste novo milênio.

Palavras-chave: Turismo Rural; Turismo Cultural; Desenvolvimento Sustentável.

INTRODUÇÃO

Localizado no litoral centro-norte do Estado de Santa Catarina - região da Foz do Vale do Itajaí - o município de Porto Belo teve, nas décadas de 70 e 80, o turismo de sol e praia como base de sua economia. No entanto, em 1992, a emancipação político-administrativa de uma parte do território original de Porto Belo fez com que as praias que recebiam maior fluxo turístico passassem a pertencer a um novo município, denominado Bombinhas.

Em função dessa nova conjuntura, Porto Belo atravessa uma fase de declínio do turismo de sol e praia, já que, em função da configuração geográfica da região, seu território vem servindo atualmente como corredor de ligação entre a BR-101 e Bombinhas, onde se localizam as praias mais valorizadas pelos visitantes, seja pela qualidade da água do mar, seja pelo cenário que oferecem. Porto Belo também está próxima de dois outros municípios-sede de

praias cujo apelo turístico é especialmente forte: Balneário Camboriú e Itapema.

Assim, enquanto Bombinhas e os municípios vizinhos vêm experimentando profundas alterações em sua paisagem urbana, por conta de um crescimento imobiliário desordenado, Porto Belo mantém as características das pequenas localidades litorâneas catarinenses, onde os vestígios dos primeiros habitantes - os índios Carijós - ainda sobrevivem, mesclados às culturas de origem luso-açoriana e africana, etnias que compõem em maior número os antepassados da população local.

Diante desse quadro, é preciso apresentar alternativas para que Porto Belo encontre um modelo de turismo sustentável capaz de reaquecer sua economia e que esteja baseado justamente nesse diferencial da cidade. Ou seja, no fato de que ela, mes-mo espremida entre pólos turísticos que na temporada de verão já sofrem um certo caos urbano,

* Coordenadora da Pesquisa. Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Turismo e Hotelaria - Mestrado do Centro de Educação Superior II - Balneário Camboriú - Univali.

** Pesquisadora. Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Turismo e Hotelaria - Mestrado do Centro de Educação Superior II - Balneário Camboriú - Univali.

*** Bolsista. Aluno do Curso de Graduação em Turismo e Hotelaria

Mestrado do Centro de Educação Superior II - Balneário Camboriú - Univali.

ainda conserva o perfil original do vilarejo litorâneo típico de Santa Catarina.

Sintonizado com as necessidades da comunidade regional, o Núcleo de Pesquisa em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí (Centro de Educação Superior II – Balneário Camboriú), com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão – PropPEX empreendeu a presente pesquisa, cuja intenção maior é oferecer, às autoridades locais e à comunidade organizada compreendida pelo município de Porto Belo, um projeto para o aproveitamento do potencial turístico da área rural do município. O que poderá vir a ampliar as possibilidades de geração de emprego e renda para a população local, constituída hoje por 10 682 habitantes (IBGE/2000).

O trabalho de pesquisa consistiu em um levantamento do perfil sócio-econômico e cultural das comunidades rurais existentes no interior do município de Porto Belo, e levou à obtenção de elementos para a elaboração de um diagnóstico acerca da possibilidade de desenvolver-se ali um novo tipo de turismo, independente do binômio sol&praia e apoiado no aproveitamento dos sítios e chácaras existentes nas localidades denominadas Alto Perequê e Sertão de Santa Luzia. Vem daí o título *Caminhos de Dentro*, terminologia empregada para identificar esta parte do território mais distanciada da franja litorânea e urbana do município.

Também permearam o estudo preocupações quanto ao interesse dos moradores de incrementar a infra-estrutura já existente, a qual foi alvo de um inventário que procurou detectar a viabilidade de se instalar, no universo pesquisado, equipamentos turísticos, dentro de uma política voltada ao turismo rural cujo paradigma seja o desenvolvimento sustentável da atividade.

Nas próximas páginas, portanto, o leitor vai se deparar com os resultados dessas incursões pela parte rural do município de Porto Belo, compreendida em uma área de aproximadamente 47 quilômetros quadrados (dados da Prefeitura Municipal), onde se situam a localidade de Santa Luzia, os Sertões de Santa Luzia, do Valongo, da Miséria – hoje também chamado oficialmente de Santa Luzia – e o Alto Perequê.

Este artigo, bem como a produção em vídeo que o acompanha, desvendam um Porto Belo desconhecido da maioria – um Porto Belo que é mais belo do que porto, porque vai além da estação de veraneio que já foi *point* de surfistas bronzeados e garotas vestidas em biquínis ousados. E vai além porque essa Porto Belo revelada é feita de gente da

terra, que com a terra trabalha e nela construiu uma história ao som melódico e triste dos carros de boi, das rodas de engenho tocadas por animais – quando não pela força humana; mas também ao ritmo cadenciado do fandango que alegrava as festas “temperadas” pela cachaça, bebida que ainda hoje se produz ali, embora só em época muito recente colocou-se o turista em contato com tal produção.

Iniciativas tão tardias, como esta, estão ligadas à escassez de pesquisa em torno da gênese do litoral catarinense que, por continuar praticamente desconhecida, não encontra espaço para seus elementos formadores em políticas oficiais de turismo.

Por conta desse fato, este projeto também pretendeu despertar pesquisadores, não só da área do Turismo, mas também da História, para a importância de se aprofundar o conhecimento sobre o desenvolvimento sócio-cultural da costa de Santa Catarina. Afinal, a cultura litorânea, resultante de um cadinho de etnias, é diversificada e plural, mas não suficientemente conhecida e divulgada para ser percebida como atrativo turístico.

Cabe, pois, aprofundar os estudos nessa área, de modo a transformar as raízes culturais da região em um forte ponto de apoio para políticas turísticas que reduzam os efeitos da sazonalidade do turismo de sol&praia no litoral meridional brasileiro, cuja posição geográfica determina quedas significativas de temperatura em pelo menos seis meses do ano.

Deve-se ressaltar, ainda, que o resgate da história e da cultura, nesse contexto, pode contribuir para que se redescubram as comunidades originárias da miscigenação entre brancos, índios e negros das mais diversas etnias e origens geográficas, miscigenação esta que configura, em última análise, o catarinense e o brasileiro, paradoxalmente preteridos pela mídia e pelas organizações turísticas oficiais, em função de uma política reducionista que insiste em querer mostrar “açorianos”, “germânicos”, “italianos”. Como se eles ainda hoje sobrevivessem em comunidades isoladas, “ilhas” étnicas e culturais forjadas em nome de um *marketing* turístico que acaba por deformar as culturas em que se envolve, fenômeno que, no dizer do geógrafo Milton Santos,

é uma maneira de abrir a porta para o enraizamento de novas necessidades e a criação de novos gostos e hábitos, sub-repticiamente instalados na alma dos povos, com o resultado final de corrompê-los, isto é, de fazer com que reneguem a sua autenticidade, deixando de ser eles próprios (Santos, 2000, p. 18).

TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Uma das maiores preocupações da sociedade contemporânea é a redução de vagas no mercado de trabalho composto pelos setores primário e secundário. No Brasil, condições estruturais, políticas e históricas, configuradas a partir da segunda metade do século XX, determinaram o fenômeno do êxodo rural e empurraram a população para as periferias das cidades, centros industriais tidos há algumas décadas como promissoras fontes de emprego e renda. Mas, o advento de tecnologias, a automação e os novos arranjos políticos e produtivos ocorridos em escala mundial, especialmente nos últimos 20 anos, reduziram significativamente os quadros de pessoal na indústria. Com o desmantelamento da União Soviética na última década do século XX e o fim da bipolarização do mundo que era representada pela existência das duas super-potências – URSS e EUA – urge que a humanidade valha-se da incerteza que caracteriza a sociedade pós-industrial para buscar outro modelo de desenvolvimento global mais próximo do sonho de viver com qualidade (Ramonet, 1998).

Os avanços tecnológicos, notadamente nos setores de comunicação, medicina e transportes, abriram caminho para o desenvolvimento de uma terceira via econômica: a prestação de serviços.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 1997), entidade governamental sediada em Madri, as receitas com o turismo internacional vêm crescendo em média 9% ao ano nos últimos 16 anos. O setor tem um faturamento global que corresponde a 10% do Produto Interno Bruto mundial, gera 265 milhões de empregos (absorve um em cada nove trabalhadores) e arrecada 350 bilhões de dólares em impostos, respondendo por 13% dos gastos dos consumidores em todo o mundo. Nessas condições, perde apenas para os gastos com alimentação.

No Brasil, segundo a Embratur, estima-se que em cada 11 trabalhadores tem seu emprego vinculado à atividade turística, índice abaixo do desejável para um país de dimensões continentais caracterizado pela diversidade e riqueza de seu patrimônio natural e humano.

“Apesar de responder sozinha por mais de 50% da receita total de Turismo e Viagens, na América do Sul, e possuir o maior potencial turístico do continente, a participação brasileira no mercado mundial foi de apenas 0,3% do total de viagens internacionais em 1993”, revela relatório produzido pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo,

com base em dados fornecidos pelo *World Travel and Tourism Council* (Conselho Mundial de Viagens e Turismo / Londres).

Em Santa Catarina, saltam aos olhos os reflexos deste subaproveitamento do potencial turístico brasileiro. A despeito de ter litoral, serra e campos de paisagens exuberantes, o Estado ainda não despertou completamente para sua vocação natural de pólo receptor de visitantes, menos ainda para a riqueza cultural que congrega, graças à intensa miscigenação de seus habitantes, resultado da construção histórica brasileira.

Os nossos quinhentos anos não são iguais aos de outros países, porque a aventura iniciada em 1500 marca a primeira grande abertura jamais conhecida em todos os tempos pela história. É a primeira vez que um continente conhece tal combinação de novidades, a começar pela mistura de povos de origens diferentes, chegados a uma nova terra para exercer de forma pioneira atividades inéditas (Santos, 2000).

Enquanto o Estado não desperta para seus diferenciais de qualidade, verificam-se em território catarinense iniciativas tímidas de desenvolvimento da economia do turismo, ora por parte dos poderes públicos, ora da iniciativa privada, a maior parte delas tomada de maneira isolada e, portanto, insuficientes para alavancar a atividade turística, carente de políticas mais perenes e sistematizadas.

Santa Catarina precisa investir nos pequenos municípios com reconhecido potencial no setor do Turismo, para dotá-los da infra-estrutura necessária ao crescimento da economia turística, a qual, como se sabe, multiplica a demanda por serviços urbanos básicos: abastecimento de água e energia elétrica, implantação de sistemas de tratamento de esgoto sanitário, entre outras exigências; ao mesmo tempo em que cria novos postos de trabalho.

Se por um lado, a indústria turística necessita grandes investimentos em super e infra-estrutura, uma vez que está em constante evolução, também proporciona emprego para um número elevado de trabalhadores semi-especializados. É uma indústria intensiva de mão-de-obra e, portanto, é um meio eficiente de gerar novos empregos (Lage e Milone, 1991, p. 94).

O equacionamento entre a demanda turística e a capacidade de carga dos pólos receptores é a chave para um turismo de qualidade, apoiado em planejamento e “norteados por valores de equidade, justiça social e respeito ambiental” (Hogan apud Serrano e Brulhs, 1997, p. 9).

Já o planejamento, entendido em sua forma mais ampla, é o estabelecimento prévio de condições favoráveis para se atingir a objetivos propostos. Quando a esse conceito agrega-se o termo turístico, pode-se afirmar que ele tem por objetivo ordenar as ações do homem sobre o território, ou seja, ocupa-se em direcionar a construção dos equipamentos e facilidades de forma adequada para evitar os efeitos negativos nos recursos, algo que os destrói ou reduz sua atratividade. É assim que a professora doutora Dóris van de Meene Ruschmann (1997) apresenta ao leitor suas reflexões acerca da importância do planejamento como fator de sustentabilidade do turismo, na obra intitulada *Turismo e Planejamento Sustentável*, que está dividida em cinco capítulos, dos quais foram extraídas as idéias discutidas a seguir.

PERSPECTIVA HISTÓRICA

Nos anos 50 a 70 ocorreu a massificação da atividade turística – vôos *charter* somados a férias maiores e a pacotes de viagem formaram uma equação a que Poon (apud Ruschmann, 1997) denomina turismo velho. O chamado novo turismo, o do futuro, difere daquele e caracteriza-se pela flexibilidade das atividades, pela segmentação dos mercados e pela busca de experiências mais autênticas por parte dos visitantes.

Têm-se, hoje, novos enfoques para o turismo, por conta de fatores como o fenômeno da informatização, a desregulamentação das tarifas aéreas, os financiamentos e a consciência dos impactos negativos que ele pode causar sobre as comunidades receptoras. A competitividade e a representatividade das empresas turísticas do futuro estará “baseada na economia de escala, no sistema de lucro, na segmentação dos mercados, na fidelidade dos clientes. É o turismo de massa cedendo lugar ao high tech, high touch”, conforme Naisbit (op. cit.). Outra tendência do setor é o desenvolvimento do denominado turismo “brando”, personalizado. É quando entra em cena o marketing ambiental.

Nesse novo cenário, para se manter, as empresas terão que inovar, investindo principalmente em planejamento. Dele dependem a organização e a elaboração do produto, a criação de pacotes e a administração da atividade.

Quando se analisa o turismo sob uma perspectiva histórica, observa-se que a atividade viveu sua primeira fase no século XVIII, com a descoberta da natureza e das comunidades receptoras. Ao final do século XIX e no início do XX, iniciou-se um turismo dirigido e elitista, sem preocupação ambiental.

A terceira fase abrange as décadas de 50 a 80 e caracteriza-se por uma devastação catastrófica dos recursos e atrativos do meio ambiente. Ao final da década de 80, já se experimenta uma renovação da atividade turística, agora centrada no mote “aventura na natureza”, que se consolida nos anos 90/2000, com a grande valorização dos ambientes naturais conservados, sobre os quais pesam, entre outros, os perigos do fenômeno da sazonalidade.

A sazonalidade – com a qual os municípios litorâneos do sul do Brasil, entre os quais Porto Belo, precisa saber conviver – é apontada por Ruschmann como fator desencadeante de agressões sócio-culturais e degradação ambiental, sendo responsável também pelo superdimensionamento dos equipamentos, o que pode torná-los economicamente inviáveis.

Entre as soluções defendidas pela autora figura a diversificação de produtos e serviços. Como a que é proposta no projeto *Caminhos de Dentro*. Mas Ruschmann chama a atenção para um fato: as localidades enfrentam maiores dificuldades para gerir seus problemas no setor do turismo por conta de posturas indesejáveis, como a busca de soluções individuais para problemáticas gerais e a falta de senso de grupo.

Para a correta gestão do turismo, há que ser feito o monitoramento periódico da atividade, mediante indicadores como a capacidade de carga da destinação. Ela é capaz de medir o impacto dos fluxos turísticos sobre o pólo receptor e pode ser definida como a quantidade de visitantes por dia/mês/ano que uma área pode suportar, dependendo do tipo ou tamanho da área, do solo, da topografia, do comportamento animal e do número e qualidade das facilidades turísticas. Já o impacto dos fluxos turísticos sobre a destinação, conforme Fiori (1978 apud Ruschmann, 1997), é igual à carga turística dividida pela vulnerabilidade, ou poder-se-ia representá-lo como sendo igual à carga turística dividida pela capacidade de carga.

Fazer com que essa equação resulte em equilíbrio é o maior desafio para os planejadores do turismo, já que nessa atividade é preciso levar em conta determinados efeitos negativos preocupantes, tais como: a instabilidade da demanda e a transformação da destinação, com o abandono de atividades primárias por parte dos residentes, que as substituem por serviços originados da visitação. Algo a ser evitado a todo custo nos *Caminhos de Dentro* do município de Porto Belo, onde se pretende justamente o contrário: ou seja, a partir do incremento do turismo rural/cultural, incentivar a retomada das atividades de produção primárias, atualmente mantidas

quase que exclusivamente pelas velhas gerações e que, por isso mesmo, correm o risco de desaparecer em poucos anos, sepultando para sempre conhecimentos, métodos e técnicas próprios da sabedoria popular.

Estudos científicos sobre o turismo classificam seus impactos sociais sobre a destinação em cinco níveis, a saber: 1. Euforia; 2. Apatia; 3. Irritação; 4. Antagonismo; 5. Conscientização.

Ainda de acordo com Ruschmann (1997), preocupam-se os estudiosos da área especialmente com fenômenos nocivos como o chamado *efeito demonstração*, em que os receptores seguem o modelo dos visitantes, o que provoca alterações na moralidade e até mesmo um novo tipo de colonialismo, problemas que se intensificam quanto mais a atividade se desenvolve.

Por estarem conscientes desse perigo, os autores do projeto *Caminhos de Dentro* defendem o emprego do planejamento como antídoto ao veneno que representaria implantar roteiros turísticos rurais em Porto Belo de maneira aleatória e amadora.

Cabe, pois, a profissionais a tarefa de determinar a capacidade de carga da destinação ora em foco, sem perder de vista o ciclo de vida das destinações turísticas, descrito como tendo as seguintes fases: exploração; investimento; desenvolvimento; consolidação; estagnação e declínio ou rejuvenescimento, dependendo de como se está trabalhando, quer dizer, com as ferramentas do planejamento, ou sem elas. No último caso, o declínio será inevitável.

Aí reside a diferença entre praticar-se um turismo de quantidade ou o que prioriza a qualidade da vida e de vida de todos os envolvidos, o qual, neste projeto, é denominado turismo sustentável – aquele que promove ações com a participação comunitária, inclusive nos lucros, e sem impor transformações drásticas ao ambiente, entendendo-se ambiente como o conjunto em que interagem natureza e sociedade humana, com todas as manifestações culturais produzidas por esta última (Ruschmann, 1997).

TURISMO RURAL E CULTURAL

A região da foz do Rio Itajaí, que tem uma história em comum calcada na miscigenação indio-luso-afro-açoriana, pouco ou quase nenhum registro científico possui de suas origens, formação sócio-econômica, costumes, lendas, dizeres e saberes e, por desconhecer a si mesma, corre o risco de descaracterizar seu patrimônio cultural. Fragilizada diante do bombardeio de culturas estranhas

intensificado pelo processo de globalização econômica, está ameaçada de perder sua identidade.

Abertura sem limites e construção autêntica de um povo são as duas pontas do eterno dilema brasileiro. A primeira interessa sobretudo aos senhores da terra e dos homens, enquanto a segunda constitui, para o grosso da população, o fundamento de sua identidade (Santos, 2000).

Para atender a esta última, o caminho parece ser aquele que aponta para a assimilação do novo, a partir da capacidade de seleção adquirida com a ampliação do conhecimento sobre o que é ancestral e com o acesso à educação formal e informal, fatores que, combinados, afastam o perigo da perda das características originais e o risco de transformar-se num plágio do outro.

A fragilidade diante das importações culturais aumenta na mesma medida em que as novas tecnologias, os meios de transporte e de comunicação redimensionam as distâncias geográficas. Para o pensador francês Ignacio Ramonet (1998), um mundo muito pequeno, pequeno em termos de cultura e criatividade, surge como consequência desse redimensionamento. É assim, diz ele, que na sociedade mundial contemporânea, sob o fenômeno da globalização, as características da cultura economicamente dominante são impostas como modelos universais, inclusive na política e na economia.

De maneira paradoxal, é justamente o advento da globalização da economia, que – ao impor o universalismo econômico, um mesmo modo de produção e estilo de vida – acaba por exacerbar o desejo de diferenciação e identidade. “Tal sociedade misturada – pela fermentação clandestina de sua maioria – também é capaz de ir constituindo, dentro de casa, o que será o seu corpo e a sua alma, no espelho da terra. E este será, afinal, sua âncora definitiva” (Santos, 2000).

O desejável é, pois, a convivência dos diferentes, que ao se respeitarem mutuamente, se enriquecem como seres humanos, sem perder suas identidades. Porquanto, a identidade própria dos povos contribui para a consciência da cidadania, além de ser um forte atrativo turístico, e o Turismo é, como comprovam os dados já citados, um grande gerador de emprego e renda. Por isso mesmo, ele se coloca, hoje, como uma alternativa de desenvolvimento interessante para o município de Porto Belo, universo do presente projeto.

Porto Belo está localizado no litoral centro-norte de Santa Catarina, a 27° 09' de latitude sul e 28° 33' 18" de longitude oeste e faz parte da região

compreendida pela foz do Itajai-Açu. De acordo com Polette e Cavedon (2001), Porto Belo situa-se numa península formada por quatro microbacias hidrográficas – Porto Belo, Bombas, Mariscal e Zimbros – integrando o segmento correspondente à zona costeira do Estado, em cuja área de 37.206 quilômetros quadrados encontram-se mais de 130 municípios.

Considerando-se apenas a região geográfica da foz do Itajai-Açu, tem-se 11 municípios: além de Porto Belo, encontram-se aí Itapema, Balneário Camboriú, Camboriú, Itajai, Navegantes, Luiz Alves, Ilhota, Penha, Piçarras e Bombinhas, este último desmembrado de Porto Belo pela Lei Estadual nº 8.558, de 30/03/1992.

A emancipação político-administrativa de Bombinhas teve consequências econômicas drásticas para Porto Belo, de acordo com o prefeito, o médico Sérgio Luiz Bihler – PMDB – gestão 2001/2004 – (entrevista concedida em 02/04/01), pois o município assentava sua economia sobre o Turismo de sol&praia e, com o desmembramento, as 32 praias que compunham a paisagem porto-belense ficaram reduzidas a seis – Peroquê, Baixio, Caixa D’Aço, Araçá, Estaleiro e Estaleirinho – conforme dados da Secretaria de Turismo local. Por causa disso, autoridades, segmentos econômicos, enfim, a população de Porto Belo convive neste terceiro milênio com um desafio: promover seu desenvolvimento, de maneira sustentável, porém agora sem contar com as praias que, ao longo das últimas três décadas, constituíram o foco de todas as ações de divulgação empreendidas pelos setores público e privado.

Diante do exposto, o presente trabalho apresenta uma alternativa que, sem distanciar-se do setor do Turismo – já reconhecido como uma vocação do município – lança um olhar sobre novos ramos da mesma atividade, propondo a utilização para fins turísticos dos chamados *Caminhos de Dentro*. Essa rota, no interior do município de Porto Belo, caracteriza-se pelas lides rurais, com um sistema de produção e uma organização sócio-espacial que guarda muitos traços das primeiras povoações do litoral catarinense.

Para investigar a viabilidade dessa opção, a equipe de pesquisadores partiu dos conceitos de turismo rural e cultural, entendendo turismo como o conjunto de atividades ligadas ao deslocamento de pessoas com fins de lazer. Cultura, como um modo de vida e de pensamento (Cucho, 1999), portanto, sob um prisma antropológico segundo o qual o homem é um animal amarrado a teias de significados, que ele mesmo tecer. A cultura são essas teias e sua análise, estudá-la é promover inúmeros significados

(Geertz, 1978). Ainda quanto ao conceito de cultura adotado para a realização do projeto *Caminhos de Dentro*, cabe reproduzir aqui as idéias defendidas pelo geógrafo Milton Santos, as quais, pela profundidade e amplitude de que se revestem, sintetizam de maneira brilhante as inúmeras discussões em torno do tema. Escreve o emérito professor da Universidade de São Paulo:

Ao longo dos séculos, a cultura se manifesta pelas mais diversas formas de expressão da criatividade humana, mas não apenas no que hoje chamamos “as artes” (música, pintura, escultura, teatro, cinema, etc.) ou através da literatura e da poesia em todos os seus gêneros, mas também por outras formas de criação intelectual nas ciências humanas, naturais e exatas. É a esse conjunto de atividades que se deveria denominar de cultura (Santos, 2000, p. 18).

Assim, está entre os pressupostos teóricos adotados o conceito de turismo cultural como atividade em que as pessoas se deslocam com a intenção de agregar um valor às suas horas de lazer, buscando conhecer outros modos de vida e as diferentes visões de mundo que proporcionam. Muita gente que vive nas cidades hoje sonha em entrar em contato com a vida do campo, consumir alimentos frescos, presenciar a ordenha das vacas, respirar ar puro, admirar paisagens naturais... Neste ponto, encontra-se um denominador comum entre o turismo cultural e o turismo rural, consistindo, este último, na exploração das atividades agropecuárias, paralelamente ao turismo, em propriedades rurais (Guzzatti, 1998), ou ainda, como afirma Portuguesez (1999, p. 75), “o turismo rural é um produto que atende à demanda de uma clientela turística atraída pela produção e consumo de bens e serviços no ambiente rural e produtivo”.

DE ENSEADA DAS GAROUPAS A PORTO BELO

“Quando o Morro do Taió for descoberto, Itajai é arrasado e Porto Belo será Corte”. A profecia, atribuída a padres jesuítas, correu de boca em boca, geração após geração, contada e temida pelos antigos moradores da região de Itajai. Mas passaram-se os anos, a maior parte da população local, hoje, nem sabe da profecia, que ameaça se perder na memória dos mais velhos, e enquanto isso, o município de Porto Belo segue seu ritmo de cidadezinha pacata.

No entanto, Porto Belo já foi uma das mais dinâmicas e importantes unidades político-administrativas do Estado, com sua jurisdição indo desde “a margem do norte do Rio Tijucas Grande até o sul do Rio Itajai” (Boiteux apud Kohl, 1986, p. 51).

A história do povoado que ficou famoso por suas belas praias começou muito antes da chegada do homem branco a seu território. Pelos petroglifos encontrados na Ilha João da Cunha, bem defronte à Enseada de Porto Belo, percebe-se a presença de indígenas, os quais pertenceriam à tribo dos Carijós, que se espalhavam ao longo de todo o litoral catarinense (Piazza, 1998).

O colonizador europeu só chegou no século XVI e, embora fossem os portugueses os descobridores oficiais das terras ao sul do Equador, os aventureiros que primeiro aportaram nas águas da bela enseada, chamada inicialmente “das Garoupas”, tinham outras nacionalidades: franceses, holandeses e espanhóis, principalmente estes últimos, fizeram várias paradas na região quando, em busca de riquezas, dirigiam-se ao Rio da Prata, no extremo sul do continente.

Desde 1504, há registros dessas visitas esporádicas. A mais significativa, contudo, é a do veneziano Sebastião Caboto, em 1527. O navegante, que levou a fama de ter batizado com o nome de Santa Catarina a ilha/capital, deitou âncora na baía de Zimbros e dali levou nativos, mas também teve baixas em sua tripulação, por conta de alguns desertores. Foram eles, por certo, que receberam Pero Lopes de Souza, em sua viagem de reconhecimento pelo sul do Brasil, no ano de 1531. O irmão de Martim Afonso veio como o primeiro donatário do que é, hoje, o Estado de Santa Catarina, então integrante de um território muito maior – a Capitania de Santo Amaro e Terras de Sant’Ana.

Mas Pero Lopes de Souza morreu antes de tomar posse de suas terras, as quais se transformaram em alvo de litígio de seus herdeiros com os de Martim Afonso, primeiro governador geral do Brasil. Essa desavença só foi a termo entre 1709 e 1711, quando Portugal readquiriu os direitos sobre a região e procedeu a uma nova divisão geoadministrativa da parte meridional do país, repartindo a capitania em duas: da divisa com Paranaguá, na baía de Guaratuba, até a ponta norte da Enseada das Garoupas, ficou sendo Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco e daí para o sul, incluída a povoação da Ilha de Santa Catarina, seria Santo Antônio dos Anjos da Laguna. O ano era 1714 e Porto Belo já figurava nos mapas da Coroa Portuguesa, com seu topônimo original (Boiteux apud Kohl, 1986, p. 26).

Preocupada em garantir a posse das terras meridionais do continente sul-americano, a Coroa Portuguesa tratou de reforçar sua presença na região. Uma das estratégias que empregou para esse fim foi o desmembramento da Capitania de Santo

Amaro e Sant’Ana, com a criação da Capitania de Santa Catarina, na segunda metade dos anos setecentos. Por essa época, já havia muitos vicentistas nas paragens do sul, principalmente na figura dos bandeirantes.

Açorianos, Madeirenses e Ericeiros

Na encruzilhada dos anos setecentos, Portugal, cada vez mais ameaçada em seus domínios ultramarinos pelos vizinhos europeus, criou políticas de colonização. Para o sul do Brasil, enviou população do Arquipélago dos Açores e da Madeira, no período compreendido entre 1748 e 1756, como registra Cabral, 1972. Para esse autor, o número de açorianos em terras catarinenses não chegou a atingir aos cinco mil, mas a quantidade de colonos foi suficiente para reforçar sobremaneira a escassa população da época.

Inicialmente concentrados na Ilha de Santa Catarina, os novos habitantes do litoral meridional brasileiro se espalharam, em 1777, com a invasão da ilha pelos espanhóis. Buscando refúgio, acabaram se fixando em pontos geográficos não programados pela política de colonização portuguesa. A região da Enseada das Garoupas estava entre essas destinações que, de acordo com Boiteux (1953, p. 146), “não foram distinguidas com povoados constituídos exclusivamente de elementos procedentes dos Açores e da Madeira”, diferentemente do que difundem, de maneira equivocada, as políticas oficiais de turismo praticadas nos municípios do litoral centro-norte catarinense.

Os açorianos constituíram um movimento migratório cuja característica econômica era a pequena produção, porém inserida numa estrutura colonial-latifundiária (Vieira e Pereira, 1997). De fato, encontram-se até hoje, no interior de Porto Belo, um grande número de pequenas propriedades (cerca de 700, conforme registro municipal, com área média de 62 hectares cada uma, de acordo com o IBGE), que produzem em escala de subsistência, como se verá mais adiante.

No início do século XIX, a expansão dos exércitos de Napoleão forçou a retirada da família real portuguesa. Alçado à categoria de Reino, o Brasil não só recebeu Dom João VI e sua Corte como abriu seus portos e suas terras para novos colonos. Desta vez, foi concedida sesmaria a famílias de Ericeira, cidade litorânea do continente português, próxima a Lisboa. Tinham a missão de fundar, na Enseada das Garoupas, “um estabelecimento para pescarias à maneira dos do Reino de Algarve” (Kohl, 1986, p. 46), ao qual chamaram Nova Ericeira.

Alguns destes colonos fixaram-se no Sertão de Santa Luzia. Por isso, embora a Colônia Nova Ericcira não se consolidasse – ao menos, não com este topônimo – é correto pensar que ainda há hoje, entre as famílias ali residentes, descendentes destes desbravadores.

Após a independência do Brasil, a Enseada das Garoupas já aparecia em documentos oficiais como a Freguesia de Bom Jesus dos Aflitos. Em 1832, seria finalmente cunhada uma nova denominação para o lugar, que, desmembrado de São Francisco, elevou-se à categoria de vila e passou a chamar-se Porto Belo. A instalação da vila se daria em dezembro de 1833, junto com uma alteração em seu limite norte, que deixou de ser o sul do Rio Itajai e passou a ser o Rio Gravatá. De modo que Porto Belo, inicialmente, limitava-se ao norte com São Francisco, ao sul com São Miguel, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Lages (Registros de Tombo, Blumenau em Cadernos, 1973, p. 203-206).

Os tempos de “Corte”, porém, não iriam muito longe. Ao contrário do que diz a profecia jesuítica, Itajai só fez crescer durante a segunda metade do século XIX, assim como Tijucas, e ambas se emanciparam em 1860. Com a transferência da sede administrativa para Tijucas, Porto Belo perdeu autonomia.

Só em 1895 iria recuperar sua condição político-administrativa independente e ampliar seu território, por conta do apoio prestado à causa republicana e a Floriano Peixoto, de triste memória para os catarinenses. Mas outro retrocesso adviria em 1923, ano em que Porto Belo perdeu o território do distrito de Itapema (anexado a Camboriú) e voltou a fazer parte do município de Tijucas (Kohl, 1986).

Essa conjuntura, entretanto, durou pouco. Em 1925, pressões políticas lideradas pelo Capitão Gualberto Leal Nunes reconquistaram para a localidade o status de município (op. cit.). Mais recentemente, em 1992, Porto Belo sofreu novo revés, agora com a emancipação de Bombinhas, que ficou com 26 das 32 praias espalhadas pela Enseada.

Com uma trajetória política tão instável, não é de se estranhar que, no início de um novo século, Porto Belo se encontre diante do desafio de dimensionar corretamente os recursos de que dispõe, para fazer deles um uso racional que capacite a cidade a crescer de maneira equilibrada.

Sem dúvida, o filão que se apresenta de imediato continua a ser a atividade turística, uma das principais fontes de emprego e renda do município desde a década de 70. Mas, agora, por causa do incalçável impacto sobre a economia local resultante

do já citado desmembramento, ocorrido em 1992, Porto Belo precisa investir em um novo tipo de turismo – o turismo rural – alvo do projeto que motiva o presente artigo. Desenvolvido no decorrer de quatro trimestres, entre agosto de 2000 e agosto de 2001, este trabalho contribuiu para revelar os *Caminhos de Dentro*, que constituem o universo rural de Porto Belo.

RESULTADOS

Conforme Ramonet (1998) é chegado o momento de a humanidade reconstruir a sociedade planetária em bases mais humanas que mercadológicas. Portanto, nada mais oportuno do que oferecer ao turista, ávido pelo diferente, uma chance de conhecer e refletir sobre valores e olhares que não os de seu próprio grupo social e étnico.

O contato direto e pessoal com outras culturas, como o que oportunizou aos pesquisadores o projeto *Caminhos de Dentro*, foi capaz de romper a teia tecida com fios de computadores, televisão e telefonia. Mas, para realizar-se, teve sua base metodológica prática assentada em dois campos distintos: pesquisa bibliográfica/documental e pesquisa de campo. A primeira encontrou substrato em bibliotecas, hemerotecas, no Arquivo Histórico Municipal de Itajai, no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e, em menor proporção, na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Registro das Propriedades Rurais do município e na Secretaria de Turismo local. Concretizou-se mediante visitas pessoais e consulta direta a essas fontes.

Com base nas informações documentais obtidas, partiu-se para uma segunda etapa da pesquisa, tentando localizar os moradores mais antigos e seus descendentes junto às comunidades-alvo para extrair de seus depoimentos um conhecimento que só a história oral é capaz de desvendar, pois que a história apresentada como oficial está sempre em sintonia com o fato como ocorrência e não se preocupa com a maneira como esse fato atuou no imaginário e no comportamento social da população (Montenegro, 1994). Para Moss (1974), pela história oral é possível preencher as lacunas deixadas pelos documentos formais e, simultaneamente, preservar depoimentos que se perderiam, sem que se desse voz e vez ao cidadão comum, este sim o real protagonista da história humana.

No decorrer de 10 meses, fizeram-se visitas a residências e propriedades rurais na localidade de Alto Percequê, Sertão de Santa Luzia, da Miséria – hoje denominado também Santa Luzia – e do Valongo.

ERROR: stackunderflow
OFFENDING COMMAND: ~

STACK: